

Reajustes Salariais 2005

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, E, DE OUTRO, O SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, PARA REVISÃO SALARIAL DE 2005, NA CONFORMIDADE DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Cláusula Primeira – REAJUSTE

Os salários fixos bem como as parcelas fixas dos salários dos empregados no comércio do Município do Rio de Janeiro serão corrigidos, a partir de 12 de maio de 2005, em 6,5% (seis ponto cinco décimos por cento), até o valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), podendo o reajuste sobre a parcela excedente a R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) ser livremente pactuado entre as partes.

Parágrafo Primeiro: Aplicado o reajuste acima sobre os salários corrigidos em 1º de maio de 2004 será encontrado o salário que vigorará a partir de 12 de maio do corrente ano.

Parágrafo Segundo : Os empregados demitidos sem justa causa após 12 de abril de 2005, cujo aviso prévio se projete para os efeitos do contrato de trabalho para o mês de maio de 2005, serão beneficiados com o reajuste total ora concedido, tendo em vista a retroatividade concedida. Excluem-se desse tratamento aqueles empregados que, quando de sua demissão, foram indenizados de acordo com o previsto no art. 9º da Lei 7.238/84, ou seja, o pagamento do valor equivalente a mais 1 (um) salário devido aos empregados desligados nos 30 (trinta) dias que antecedem a data base (12 de maio).

Parágrafo Terceiro: O índice ora acordado pelas partes desobrigará a categoria econômica do pagamento de quaisquer outros que venham a ser determinados por força de lei vigente ou decisão trabalhista, até abril de 2005.

Parágrafo Quarto: As empresas, seguindo o uso e o costume da retroatividade da data-base, concederão a todos os empregados os 11 (onze) dias iniciais do mês de maio, corrigidos pelo mesmo critério estabelecido na Cláusula Primeira desta Convenção.

Parágrafo Quinto: As empresas que, por questões financeiras ou orçamentárias, estejam impossibilitadas de efetivar o reajuste salarial previsto nesta cláusula, poderão celebrar com o SECRJ, com assistência do SINDILOJAS-RIO, Acordo Coletivo de Trabalho que flexibilize a forma de pagamento da correção nos salários, de modo a evitar ao máximo o desligamento de empregados.

Parágrafo Sexto: Poderão ser compensados todos os aumentos espontâneos e/ou legais havidos entre 1º de maio de 2004 e 30 de abril de 2005, com exceção do reajuste da categoria referente à data-base de maio de 2004 e o decorrente de promoção.

Parágrafo Sétimo: Os empregados admitidos após o dia 12 de maio de 2004 receberão o reajuste previsto no caput desta cláusula, proporcionalmente aos meses trabalhados.

Parágrafo Oitavo: Os empregados contratados por tempo parcial receberão o piso que lhes corresponder de forma proporcional ao número de horas trabalhadas.

Cláusula Segunda - EMPREGADOS SUBSTITUTOS

Ao empregado, admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, não consideradas as vantagens pessoais.

Cláusula Terceira - PISOS SALARIAIS

A partir de 12 de maio de 2005, ficam garantidos os seguintes pisos salariais:

1ª FAIXA: Aos empregados que percebem salário fixo, cujas funções determinem tarefas pertinentes ao comércio de varejo com menor grau de qualificação, tais como empacotador, etiquetador, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de escritório, estoquista, repositor, auxiliar de depósito e outras funções similares: R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais);

2ª FAIXA: Aos empregados que percebem salário fixo, cujas funções determinem tarefas pertinentes ao comércio de varejo com maior grau de qualificação, tais como vendedor, balconista, operador de caixa e pessoal de escritório (exceto aqueles estabelecidos na primeira faixa) e outras funções similares: R\$ 376,00 (trezentos e setenta e seis reais).

Cláusula Quarta - GARANTIA DO COMISSIONISTA

Aos comissionistas, puros e mistos, será garantido o valor total a seguir indicado, toda vez que sua remuneração (nela consideradas as comissões, repouso remunerado e parte fixa, se houver) não alcançar a referida quantia: R\$ 444,00 (quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Cláusula Quinta - PERÍODO DE EXPERIÊNCIA

Os empregados admitidos durante o período de experiência de 90 (noventa) dias farão jus ao piso salarial admissional ou garantia mínima correspondente a R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Parágrafo Único: Ultrapassado o período de experiência prevista nesta cláusula, nenhum empregado poderá receber salário inferior aos pisos e/ou à garantia mínima da categoria vigentes na ocasião.

Cláusula Sexta - QUEBRA DE CAIXA

Todo empregado no exercício da função permanente de Caixa receberá, mensalmente, a título de quebra de caixa, R\$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Primeiro: As empresas que não descontarem as faltas havidas no caixa estarão isentas do referido pagamento.

Parágrafo Segundo: A conferência dos valores de Caixa será realizada na presença do comerciante responsável. Quando for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade por erros verificados.

Parágrafo Terceiro: As empresas que optarem pelo sistema referido no Parágrafo Primeiro comunicarão sua manifestação por escrito ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, sendo que o aludido sistema não poderá ser alterado sem prévia ciência dada a esse órgão de classe.

Cláusula Sétima - AJUDA DE CUSTO

Será assegurada a todos os comissionistas, puros e mistos, uma ajuda de custo mensal no valor de R\$ 23,00 (vinte e três reais).

Cláusula Oitava - CHEQUES

As empresas somente poderão descontar dos salários dos empregados vendedores, caixas ou balconistas o valor das mercadorias pagas em cheques devolvidos por insuficiência de fundos ou outro motivo, desde que não obedecidas por esses empregados as normas previamente estabelecidas pela empresa.

Cláusula Nona - PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL

As empresas e os empregados abrangidos pelo presente instrumento, cujos Sindicatos assinam, observado o princípio constitucional da unicidade sindical, reconhecem reciprocamente os respectivos Sindicatos, uns aos outros, como únicos e legítimos representantes das respectivas categorias, para entendimentos, assinaturas de acordos ou outros instrumentos legais que envolvam a categoria, sob pena de nulidade.

Cláusula Décima - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário do empregado será efetuado de forma que fique em seu poder o comprovante do quantum percebido e a discriminação das parcelas pagas.

Cláusula Décima Primeira - DIA DO COMERCIÁRIO

Reconhecem os empregadores, expressamente, a terceira segunda-feira do mês de OUTUBRO como o DIA DO COMERCÁRIO, sendo proibido o trabalho do comerciário nesse dia em que não funcionarão os estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro, garantidos os salários dos empregados para todos os efeitos legais, inclusive o repouso semanal remunerado.

Cláusula Décima Segunda - REPOUSO REMUNERADO

Será concedido ao comissionista repouso semanal remunerado de acordo com o art. 1º da Lei 605, de 05.01.49, e com o Enunciado nº 27 do TST, não podendo o seu valor ser incluído no percentual fixado para as comissões, devendo a respectiva remuneração ser discriminada no correspondente comprovante.

Cláusula Décima Terceira - LANÇAMENTO NA CTPS

É obrigatório o lançamento na CTPS do percentual previamente estabelecido para as comissões ou em aditamento complementar às anotações.

Cláusula Décima Quarta - EMPREGADA GESTANTE

À empregada gestante é garantido o emprego até 60 (sessenta) dias após o término da licença de que trata a Lei, salvo motivo de falta grave, pedido de demissão ou acordo.

Parágrafo Único : O empregador poderá tornar sem efeito, unilateralmente, a dispensa imotivada,

se a empregada comunicar o seu estado gravídico logo após a dação do aviso prévio ou da comunicação da dispensa.

Cláusula Décima Quinta – DESCONTO ASSISTENCIAL

Todos os empregados abrangidos por este instrumento, nos Municípios do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes, conforme decidido por livre solidariedade e fraternal vontade da categoria, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária no dia 13.03.2005, destinarão dos onze dias de trabalho que receberão a mais no mês de maio (1 a 11 de maio) de 2005, a título de bonificação, para contribuição assistencial, na importância equivalente a 5 (cinco) parcelas iguais de R\$ 7,00 (sete reais), cada uma, que serão descontadas compulsoriamente em folhas de pagamento pelos empregadores, nos meses de julho, agosto, setembro de 2005 e nos meses de janeiro e fevereiro de 2006, respectivamente e recolhidas ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro mediante depósito na Conta Especial nº 1769-8/204.700-4 do Banco do Brasil S/A, Agência Empresarial Senador Dantas, para custear cursos diversos, Colégio Paulo VI, Creches, Escolas Maternais, Refeitórios, Colônia de Férias, Construção de residências (plano habitacional próprio), Recanto da Fraternidade, Creche da Terceira Idade, Hospitalização a domicílio, ambulatório, serviço médico, Hospital, Setor de Raio X e demais obrigações de natureza assistencial e judicial em prol dos comerciários.

Parágrafo Primeiro – Os empregados beneficiados por esses 11 (onze) dias que se destinam a custear as Obras Sociais do Sindicato poderão declinar desse reajuste e, por conseguinte do desconto para o Sindicato, em cartas escritas individuais e do próprio punho, entregues pelo mesmo no Protocolo Geral do Sindicato na Rua André Cavalcanti, 33 – Bairro de Fátima.

Parágrafo Segundo – Recebida pelo Sindicato através do seu protocolo a carta do empregado escrita pelo próprio punho, o Sindicato comunicará a empresa para que não recolha a importância.

Parágrafo Terceiro – As empresas, obrigatoriamente, recolherão os quantitativos descontados de seus empregados ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao desconto, as importâncias mencionadas no “caput” desta cláusula, exceto daqueles que se opuserem através de carta de próprio punho e entregue, individualmente, no protocolo do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, até o 10º dia após a assinatura do presente Instrumento de Acordo.

Parágrafo Quarto – Os recolhimentos de que trata esta cláusula ficam sujeitos à multa de 10%, além de juros de mora de 1% (um por cento) por cada mês de atraso.

Parágrafo Quinto – O empregado que discordar do estabelecido no “caput” desta cláusula, também abrirá mão do recebimento do valor do reajuste ao aumento correspondentes aos 11 (onze) dias da retroatividade.

Cláusula Décima Sexta - MÉDIA DO COMISSIONISTA

Os empregados comissionistas terão média salarial calculada pelos 12 (doze) últimos meses para todos os efeitos legais (décimo terceiro salário, férias, aviso prévio, verbas rescisórias etc.). Quando o empregado contar menos de 12 (doze) meses de contrato de trabalho, esta média será calculada sobre os meses efetivamente trabalhados.

Cláusula Décima Sétima - DÚVIDAS E DIVERGÊNCIAS

As dúvidas advindas em relação ao presente acordo salarial, no âmbito administrativo, bem como o exato cumprimento das normas ora estabelecidas, serão objeto de exame por comissão integrada por representantes das Entidades Sindicais convenientes.

Cláusula Décima Oitava - MULTA

A infração a qualquer das cláusulas deste instrumento sujeitará a empresa infratora à multa equivalente a R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). Na reincidência, o total deverá ser acrescido de 50% (cinquenta por cento). As importâncias reverterão em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único : Verificado o descumprimento a qualquer das cláusulas aqui contratadas, o representante credenciado do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO notificará a empresa da correspondente aplicação da penalidade. A empresa terá 10 (dez) dias para o cumprimento da notificação ou impugná-la. Na notificação deverá constar a indicação da empresa, estabelecimento e a cláusula infringida.

Cláusula Décima Nona – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ASSISTENCIAL PATRONAL

Por decisão da AGE do SINDILOJAS-RIO, aberta no 22 de março de 2005 e encerrada no dia 9 de maio de 2005, todas as empresas integrantes da categoria econômica representada deverão recolher, até o dia 30 de junho de 2005, a importância de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) por empregado relacionado na folha de pagamento do mês de maio de 2005, limitado esse valor ao recolhimento mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) e máximo de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Parágrafo Primeiro: As empresas Associadas ao SINDILOJAS-RIO, em dia com as contribuições sindical, confederativa e associativa, recolherão apenas 50% (cinquenta por cento) do valor devido a título de Contribuição Assistencial Patronal. Também as empresas inscritas no SIMPLES recolherão apenas 50% (cinquenta por cento) do mesmo valor.

Parágrafo Segundo: A contribuição de que trata o caput desta cláusula e seu parágrafo primeiro será por estabelecimento.

Parágrafo Terceiro: Os recolhimentos efetuados após o dia 30 de junho de 2005 ficarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso.

Parágrafo Quarto: O SINDILOJAS-RIO remeterá para as empresas, em tempo hábil, a guia de recolhimento da referida contribuição.

Parágrafo Quinto: Na hipótese do não ser recebida a referida guia de recolhimento até 05 (cinco) dias antes do vencimento, deverá a empresa dirigir-se à Sede do SINDILOJAS-RIO, à Rua da Quitanda nº 03, 10º andar, Centro, ou a uma de suas Delegacias: Tijuca, Campo Grande, Copacabana, Madureira, Méier e Barra da Tijuca e retirar guia avulsa para o recolhimento, ou, ainda, poderá acessar o site do SINDILOJAS-RIO (www.sindilojas-rio.com.br) e efetuar a emissão da guia.

Cláusula Vigésima - EMPREGADOS MENORES

Terão direito ao aumento os empregados menores.

Cláusula Vigésima Primeira - UNIFORMES

As empresas que adotarem a norma de exigir uniformes e maquiagens de seus empregados ficam obrigadas a custear integralmente as despesas decorrentes, desde que o uso esteja limitado ao âmbito do estabelecimento.

Cláusula Vigésima Segunda - AVISO PRÉVIO

Durante o prazo do aviso prévio, não poderão ser alteradas as condições de trabalho por qualquer das partes unilateralmente, em prejuízo da outra, sob a pena automática de rescisão do contrato de trabalho, sem prejuízo das demais cominações previstas em Lei.

Cláusula Vigésima Terceira - AVISOS

As empresas permitirão a afixação de avisos e boletins no respectivo quadro, desde que as mensagens não contenham cunho religioso, político ou ofensivo às pessoas ou às autoridades.

Cláusula Vigésima Quarta - COMPENSAÇÃO

As empresas que porventura tenham concedido reajustes salariais superiores àqueles determinados pela legislação salarial e que desejarem se beneficiar da compensação de tais antecipações deverão comprovar os percentuais junto ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

Cláusula Vigésima Quinta - HOMOLOGAÇÕES

No ato das homologações de rescisões de contratos de trabalho, ou quando da formalização de Acordos Coletivos, as empresas se obrigam a apresentar devidamente quitadas as guias de Contribuição Sindical, Assistencial/Negocial e Confederativa/Constitucional de ambos os Sindicatos.

Cláusula Vigésima Sexta - CONTROLE MÉDICO

As empresas Associadas ao SINDILOJAS-RIO com mais de 25 (vinte e cinco) empregados e até 50 (cinquenta) enquadrados no grau de risco 1 ou 2, segundo o quadro I da NR-4, prevista na Portaria nº 8, de 8 de maio de 1996, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, estão desobrigadas de indicar médico conforme dispõe o item 7.3.1.1.1 da NR-7.

Cláusula Vigésima Sétima - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Fica o Sindilojas-Rio autorizado a ampliar os parâmetros mínimos e diretrizes a serem observados na execução do PPRA das empresas associadas, na forma prevista na NR-9 (9.1.4).

Cláusula Vigésima Oitava - LANCHE AOS SÁBADOS

Por qualquer trabalho realizado após as 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) aos sábados, receberá o empregado da empresa que esteja equipada para este fim um lanche e por qualquer trabalho realizado após as 18:30 (dezoito horas e trinta minutos), um jantar, ou, na impossibilidade de fornecimento, a importância equivalente aos valores a seguir discriminados:

LANCHE: R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos);

JANTAR: R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Primeiro : Ficam isentas do pagamento dos valores acima discriminados as empresas que forneçam diariamente e de forma mensal tickets de empresas vinculadas ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), inclusive pelo trabalho no horário especificado no caput desta cláusula, ficando assegurado ao empregado o recebimento de tickets referentes a todos os dias úteis do mês.

Parágrafo Segundo: Ficam, também, isentas do pagamento dos valores citados as empresas que optarem pelo fornecimento in natura, desde que cumprida uma dentre as condições a seguir:

a) as empresas que possuam lanchonete e que já pratiquem normalmente o fornecimento da alimentação;

b) as que estejam equipadas com refeitório, comprometendo-se a manter a qualidade da alimentação;

c) as empresas não equipadas com lanchonete ou refeitório poderão optar por firmar convênios com lanchonetes ou restaurantes próximos ao local de trabalho, comprometendo-se, da mesma forma, com o atendimento da finalidade do benefício.

Parágrafo Terceiro: Não são aplicados, cumulativamente, os benefícios de lanche e jantar aos empregados que trabalharem no turno das 16:00 às 22:00 horas, nos sábados, prevalecendo, nesse caso, o jantar, mantendo-se o benefício de forma cumulativa para aqueles empregados que desempenharem, nesse dia, uma jornada superior a 8 horas de trabalho, que se encerre após as 18:30 horas.

Parágrafo Quarto: O benefício estabelecido nessa cláusula deverá ser quitado sob a forma de listagem, contendo a assinatura dos empregados, indicando a forma pela qual foi concedido. O cumprimento ocorrerá obrigatoriamente até a penúltima hora da jornada de trabalho do sábado correspondente.

Parágrafo Quinto: O presente instrumento estabelece a garantia para o trabalho aos sábados. Porém, as empresas que desejarem conceder outros benefícios aos seus empregados além do estabelecido no caput desta cláusula, poderão fazê-lo através do Sindicato Patronal que deverá encaminhar tal decisão ao Sindicato Profissional.

Parágrafo Sexto: A ajuda alimentação referida nesta cláusula tem caráter indenizatório, não integrando o salário para nenhum efeito, conforme Orientação Jurisprudencial nº 123 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

Cláusula Vigésima Nona - BANCO DE HORAS

Fica facultada a todas as empresas abrangidas por este Instrumento a criação de "BANCO DE HORAS", nos termos da Lei nº 9.601/98, através de Termo de Adesão à Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelos Sindicatos convenentes

. Cláusula Trigésima - CONDIÇÕES DE TRABALHO EM FERIADOS E DIAS SANTOS

Quando houver situações de trabalho em feriados e dias santos isolados, poderão ser criadas novas condições de trabalho para os empregados, mediante Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, desde que acordados com 30 (trinta) dias de antecedência e homologados pelas Assembléias dos Sindicatos Profissional e Econômico.

Parágrafo Único: O não cumprimento desta cláusula pelas empresas abrangidas por este Instrumento sujeitará a infratora a uma multa em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por empregado.

Cláusula Trigésima Primeira - DO TRABALHO POR CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Fica facultada a todas as empresas abrangidas pelo presente instrumento a criação de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 9.601 de 21.01.98, através de Termo de Adesão à Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelos Sindicatos convenientes.

Cláusula Trigésima Segunda - MEDIAÇÃO

As partes convenientes se comprometem a, sempre que houver dúvidas ou divergências quanto ao cumprimento do presente instrumento e demais acordos firmados pelos respectivos Sindicatos, bem como dirimir conflitos de interesses que possam surgir nas relações entre empresa e empregado, antes de quaisquer medidas judiciais ou administrativas, se valerem da Comissão de Conciliação Prévia já devidamente constituída pelos Sindicatos Profissional e Econômico, organizada através de Convenção Coletiva de Trabalho, para buscar solução mais célere e de forma amigável.

Cláusula Trigésima Terceira - TRABALHO SOB O REGIME DE TEMPO PARCIAL

Fica facultada a todas as empresas abrangidas pelo presente instrumento a criação de Contrato de Trabalho sob o Regime a Tempo Parcial, nos termos da Medida Provisória nº 1.779-8 de 1999, através de Termo de Adesão à Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelos Sindicatos convenientes.

Cláusula Trigésima Quarta - VALE TRANSPORTE

As empresas poderão, na impossibilidade de compra do vale transporte, conceder a todos os seus empregados o respectivo valor, em espécie, equivalente à passagem do dia, podendo o pagamento se dar de forma semanal, quinzenal ou mensal sem que assim fique caracterizado como salário, pois indispensáveis à prestação dos serviços, na forma que dispõe o art. 458 da CLT, e assim cumprir a finalidade da Lei 7418/1985.

Parágrafo primeiro - No caso de haver reajustes de passagens, e optando a empresa pelo pagamento em espécie, deverá quando for o caso, ser procedido o respectivo complemento.

Parágrafo segundo - Mesmo quando o pagamento se der em espécie, será descontado o percentual legal, devendo os referido auxílio ser pago ou entregue junto com o salário do mês anterior.

Parágrafo terceiro - A base de cálculo para desconto do vale-transporte compreenderá a remuneração fixa e variável (comissão).

Parágrafo quarto - Será de total responsabilidade do empregador a comprovação junto à

fiscalização competente da impossibilidade mencionada no caput desta cláusula.

Parágrafo quinto – As empresas que fizerem uso da permissão prevista nesta cláusula, ficam obrigadas a dar ciência do fato ao Sindicato dos Empregados no Comércio.

Cláusula Trigésima Quinta - VIGÊNCIA

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, a contar de 12 de maio de 2005.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2005

Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro

Aldo Carlos de Moura Gonçalves – Presidente

Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro

Luisant Mata Roma – Presidente